

PROBLEMAS DA INTEGRAÇÃO CULTURAL

A história da humanidade é uma história de processos associativos, de assimilações, de integrações, de fusões: no campo da economia, da política, da cultura. Esses movimentos são espontâneos ou provocados, pacíficos ou violentos, desejados ou impostos.

De carácter localizado, condicionados pela proximidade geográfica, os processos de agregação entre povos diferentes começaram, com a abertura das rotas transoceânicas, a assumir novas configurações: o colonialismo moderno, os imperialismos mundiais, as hegemonias económicas e culturais sobre povos de outras latitudes e longitudes com itinerários históricos e culturais profundamente diversos.

No mundo em que vivemos, esses processos traduzem-se na maioria dos casos em relacionamentos hegemónicos em resultado dos desequilíbrios económicos e tecnológicos das partes envolvidas: os mais fortes em busca de relações económicas privilegiadas e em troca de planos de ajuda que são bem-vindos e desejados pelos mais vulneráveis. Mas é também no quadro dos desequilíbrios que se inscrevem as reacções contra-hegemónicas que se vão manifestando em diferentes quadrantes por parte de grupos sociais e mesmo de alguns governos, procurando minimizar a marginalização e, afirmando a própria especificidade, conjugar esforços para uma participação mais pró-activa na cena internacional.

A dinâmica da integração transcende, em tempos de economia-mundo, a vontade dos povos. Não se põe, hoje, a questão de se ser a favor ou contra os processos de agregação. Estes têm vindo a constituir uma tendência irreversível que acompanha a expansão das oportunidades comunicação, directa ou através de redes intermediárias, um movimento inexorável do processo histórico. A formação do Estado Nação nasce da integração de povos que habitavam o mesmo espaço geográfico. Hoje, o Estado Nação ensaia, com avanços e recuos, o salto para inéditas formas de agregação, negociando áreas daquilo que representou a sua razão de ser: a soberania.

O debate, nos tempos que correm, cinge-se ao nível a que se pretende a integração e ao modo e tempo da sua execução

Os modelos de agregação têm surgido, já se disse, como propostas para resolver questões conjunturais, quer de potências hegemônicas, quer de países subalternos. Nas últimas décadas a integração é sustentada por um quadro político de expansão do modelo de democracia pluralista sustentado pela ideologia dos direitos humanos universais. Porém, continuamos a viver num mundo no qual a distância entre os PIB dos países mais ricos e o dos países mais pobres não cessa de aumentar comprometendo o exercício pleno e alargado da cidadania e de direitos essenciais dos indivíduos e comunidades.

Se a integração no plano financeiro, com a “deregulation” imposta pelas instituições financeiras internacionais, surge aparentemente rápida (e digo aparentemente porque ela se realiza a custo de processos de exclusão e porque a crise internacional em curso suscita novas interrogações), ela tem exigido, em muitos casos, delicadas negociações na formulação das modalidades que deve principalmente nos campos que envolvem os dois pilares da soberania: os campos da política e da economia que a sustenta. Subjacente a tais precauções - lá onde elas realmente existem - está a consciência de que a integração de realidades muito díspares determina que, à medida que se consolida, as novas configurações tendem a definir outras correlações de forças (ou a reforçar as já existentes) e a instituir novos processos hegemônicos (ou a consolidar aqueles já em curso). Até ao presente momento, nenhuma das formulações encontradas logrou resolver a contento a contradição latente entre os ideais de associação e as relações de poder que ela determina.

Um outro aspecto do debate é o do tempo em que a integração se deve realizar. O tempo, bem o sabemos, é um outro elemento de poder. Globalizado, o mundo corre hoje ao ritmo das nações mais desenvolvidas. Os países mais pobres lutam por um lugar nas últimas carruagens da composição para não perderem a viagem, deixando para trás, no frenesim da corrida, amplas fracções dos próprios povos. Mas nem esse esforço desesperado lhes permite de, em geral,

se constituírem como sujeitos activos, participando na decisão do itinerário a percorrer.

Um modelo ideal de integração supranacional deveria estar preparado para negociar o *tempo hegemónico*, tomando em consideração a conjugação dos objectivos económicos e institucionais, com os escopos sociais e culturais. Este é, com efeito, o enunciado ideológico do processo, mas a realidade tem estado bem longe das intenções anunciadas.

A Comunidade Europeia, experiência piloto da integração regional, privilegiando como é óbvio os fins económicos que conduziram e viabilizaram o seu nascimento no mediato pós-guerra, dedicou atenção aos desequilíbrios, instituindo Fundos de Compensação e períodos de espera que visavam atenuar diferenças. Mesmo assim, França e Alemanha continuam a ter papel predominante na Comunidade e a condicionar, de algum modo, os seus destinos..

E os processos de integração que não dispõem de capacidade para reduzir as diferenças históricas? Como salvaguardar, na prática da convivência, um exercício democrático das novas realidades entre países de desenvolvimento desigual e dos diferentes estágios de consolidação da identidade nacional? Estas e muitas outras questões deslocam o eixo do problema das soluções meramente técnicas, formais e institucionais. Os governos mais empenhados no interesse nacional continuam legitimamente empenhados na tentativa de ocupar o lugar ao sol, dominante ou subalterno, num mercado extremamente competitivo; porém, ao nível das populações começa a emergir a importância do factor cultural, de questões como identidade, cidadania, soberania.

A vertiginosa circulação de informação e mercadorias, transporta consigo valores e símbolos, fragmentos de cultura dos centros difusores, mesmo distantes, que interagem e de alguma forma intervêm nas dialécticas identitárias dos receptores-consumidores, suscitando adesões ou reacções.

As vitórias eleitorais de líderes populares na América Latina, o renascimento islâmico (não o confundir com o fundamentalismo), o recrudescimento de manifestações racistas e xenófobas, o sucesso, em vários países, de partidos

nacionalista de extrema-direita, a proliferação dos cultos evangélicos e das igrejas sincréticas, para referir apenas exemplos mais mediatizados, constituem reacções a processos de agregação que determinam formas de violência física como a invasão do Iraque (a mais clamorosa) ou de violência simbólica, como a marginalização, a exclusão, a tentativa de imposição de padrões culturais, etc. Tais reacções, cuja leitura se inscreve no campo cultural, que grande parte das populações, de forma individual ou colectiva, não se vê representado nos enunciados de desenvolvimento harmónico, de democracia, de estabilidade e de benefícios agregados que configuram os ideais de integração.

A soberania, entendida pelo cidadão comum, como a defesa do território de pertença, foi e continua a ser o factor cultural mais persistente e o que oferece maior resistência à mudança. A cada passo, como a Fénix, reemerge com grande vitalidade quando se celebrava já a sua diluição nas cinzas do passado. Ao sentimento de pertença estão intimamente agregadas visões do mundo tão distintas, tradições, rituais, representações, paradigmas, padrões de sociabilidade com os respectivos valores e regras de comportamento, até diferentes concepções do mundo, com os quais as comunidades, através da família, do grupo, da colectividade e - a nível nacional – através da escola, se projectam no futuro e procuram assegurar a própria reprodução social.

As diferenças de desenvolvimento, escreveu Althusser, criam diferenças de autoconsciência da cidadania, dos direitos e deveres. Nos países em transição para a democracia pluralista a questão torna-se mais difícil para o cidadão. Charles Taylor demonstra a distância que intercorre entre a existência formal das instituições e a presença efectiva da democracia na vida quotidiana. Este desfasamento entre o dever ser e o ser conduz, com frequência, à redução da interlocução entre elites e a maioria da população. Quando tal se verifica, a integração, por introduzir novas e mais complexas variáveis, corre o risco de ampliar esse espaço e remeter para as áreas de marginalização social, política e cultural o *terceiro espaço* de que fala Bhabha.

As perspectivas culturais da integração resultam extremamente difíceis de desenhar, tão aleatórias são as variáveis, macro e micro, que estão em jogo e

tão subalterno é, de norma, o papel da cultura na governação. Daí que o objectivo desta troca de opiniões não se possa centrar nas perspectivas culturais da integração, mas principalmente na tentativa de identificar alguns problemas que, ao nível da cultura (e portanto ao nível social) se podem vir a colocar, principalmente na nossa região.

Quando falamos de integração cultural, referimos habitualmente à permuta de produtos culturais com valor de mercadoria. E isso não é algo que se possa censurar. A questão é que ela não esgota a riqueza e a função verdadeiramente aglutinadora que as trocas culturais podem, e deveriam, assumir no relacionamento entre os povos.

A cultura não se reduz aos produtos culturais ou à chamada cultura erudita ou ainda menos às exhibições do *folclore* dos quais se ocupam, quando se ocupam, a instâncias oficiais ou as indústrias culturais. Ela é um processo permanente de criatividade, de transformação, de negociação com o presente ancorado na história. Há, portanto, um campo dinâmico, uma dialéctica entre o existente e o novo que permite que os povos se vão adaptando aos tempos. Hoje já não constitui controvérsia a afirmação de que as chamadas sociedades tradicionais não são estáticas, ao contrário do que se pensava até há poucas décadas. O poder tradicional defende-se, adaptando-se e concedendo. As formas podem ser alteradas para se preservar a essência.

A cultura sempre foi resultado de uma tensão permanente e duma intensa interlocução entre vectores centrífugos que exaltam as especificidade e diferenças e vectores centrípetos que promovem os elementos aglutinadores, mas também entre os que pretendem manter rituais, valores e comportamentos para preservar mordomias e poderes e os portadores de inovações, endógenas ou exógenas, que muitas vezes os questionam.

Essa tensão expande-se, hoje, à escala mundial. Os centros de poder a nível planetário promovem aquilo que Stuart Hall chama de *proliferação subalterna da diferença*. O espaço de liberdade e autonomia cerceado pelo discurso económico-financeiro cada vez mais unitário e integrado, é devolvido aos povos através de uma exaltação das especificidades de todas as culturas. O discurso

cultural é desvinculado, assim, da questão do poder porque a cultura realmente dominante vem embrulhada no pacote do “Mercado”. Daqui, é curto o passo para classificar como exóticas (e portanto fora da normalidade aceite) as culturas subalternas.

Trata-se, escreve Hall, de um paradoxo da globalização contemporânea o facto de que, culturalmente, as coisas pareçam mais ou menos semelhantes entre si (um tipo de americanização da cultura global, por exemplo). Entretanto, concomitantemente, há a proliferação das “diferenças”. (entre aspas no texto). O eixo ‘vertical’ do poder cultural, económico e tecnológico parece estar sempre marcado e compensado por conexões laterais, o que produz uma visão do mundo composta de muitas diferenças ‘locais’, as quais o ‘global-vertical’ é obrigado a considerar.

É, na realidade, uma dialéctica análoga à que o já citado Taylor identifica entre a igual dignidade” e a “diferença”, a primeira visando, *a igualdade universal, um cabaz idêntico de direitos e imunidades*, e o segundo exigindo *o reconhecimento de identidade única deste ou daquele indivíduo ou grupo*.

Uma interrogação se coloca: as culturas locais vão conseguir, à escala planetária, o reconhecimento e a visibilidade que as consagra, ou as diferenças serão paulatinamente digeridas pelo eixo ‘global-vertical’? O exemplo dos idiomas, forma mais expressiva da cultura, é indicativo. Há um esforço louvável, em Moçambique, de recuperação dos idiomas vernáculos. Mas se o cidadão quer dialogar com o mundo moderno presente no país, ele tem de o fazer em português ou inglês. O reconhecimento e a visibilidade das línguas maternas moçambicanas são remetidas para o foro íntimo, para a periferia da comunicação.

Desvincular a cultura da questão do poder é, em linguagem corrente, fazer batota ao jogo. A cultura é expressão da comunicação implícita no quadro da comunidade ou na mediação entre as diferentes comunidades e *as relações de comunicação são, de modo inseparável, sempre, relações de poder* (Bourdieu).

No mundo globalizante, as várias faces do poder promovem estratégias culturais prescritivas, frequentemente por persuasão e gratificação social, centradas na

convergência dos valores, normas, modelos e comportamentos que se inspiram nas experiências das comunidades mais poderosas e são funcionais ao mercado. A ponta de lança dessa acção reside no significado simbólico que ganha a compulsão ao consumo. A família, o círculo de amigos, os vizinhos, as comunidades sociais e religiosas, etc., a par da publicidade, do “marketing”, dos meios de comunicação de massa, constituem mediadores de significados simbólicos das mercadorias oferecidas no mercado.

Uma multiplicidade de interacções entre os vários sectores das comunidades ou da sociedade, conjugando acções prescritivas e processos performáticos, vai hierarquizando o valor simbólico dos bens e definindo prioridades de consumo ou de apetência ao consumo. As prioridades se estabelecem em função das possibilidades de consumo, mas também em função do significado simbólico que adquirem como padrão de prestígio social e como índice de sucesso económico. É o consumo, e não a produção, que hierarquiza a sociedade contemporânea. Daí a disseminação do impulso ao ganho que, muitas vezes, a estrutura formal da sociedade não permite. Somos de um país onde, para citar Canclini, *as tradições ainda não se foram e a modernidade não terminou de chegar*. Os países como o nosso vivem num “environment” cultural em transição, onde a ética de origem se mostra desfuncional às solicitações e aspirações do novo quotidiano e os valores da sociedade moderna permanecem desfasados da cosmogonia do indivíduo; as tensões que se criam entre as representações e a realidade permitem o aparecimento de estímulos à apropriação ilegal de bens materiais, através da corrupção e da criminalidade, que, pelo seu carácter de transição, não têm, muitas vezes, a contrapartida inibitória de valores éticos e de práticas sociais sedimentadas. Não são obviamente estas as únicas causas dos comportamentos socialmente desviantes, mas, no plano cultural, elas representam um elemento importante ao qual as instituições prestam pouca atenção..

A informalidade como prática cultural gera redes de solidariedade voláteis e formas de organizar a vida das quais o Estado está ausente ou, quando se faz

sentir, a sua presença é sentida como uma presença repressiva. A expressão “dumba nengue” é bem elucidativa.

Uma nova cultura em fase de gestação, tão bem analisada por Carlos Serra na *Introdução* ao livro *Identidade, Moçambicanidade, Moçambicanização*, é um fenómeno em expansão em todo o Continente. É nesse espaço de trânsito que o cidadão busca formas de incorporação dos elementos de modernidade no próprio património histórico e cultural.

Homi Bhabha fala de “entre-lugares” que, segundo o autor, *fornece o terreno para a elaboração de estratégias de subjectivação – singular ou colectiva – que dão início a novos signos de identidade e postos inovadores de colaboração e contestação, no acto de definir a própria ideia de sociedade.*

Esses “entre-lugares” constituem uma realidade cada vez mais afirmada, ainda que institucionalmente caótica. Com o fenómeno do afluxo aos centros urbanos em crescimento vertiginoso e com a penetração da modernidade nas zonas rurais, o estrato sócio-cultural que ocupa tais espaços está em evidente expansão numérica. As redes de solidariedade, ainda que circunstanciais, vão encontrando significado e formas de articulação por vezes surpreendentes. Em Fevereiro do ano passado, as redes efémeras do momento entraram em rede ampla através dos telefones celulares e organizaram manifestações de protesto por toda a cidade de Maputo. A natureza circunstancial do fenómeno determinou que dessas manifestações não se resultasse qualquer forma de organização permanente, mas constitui um aviso que no aparente caos do sector está presente o sentimento de reconhecimento e de visibilidade, característico da afirmação cultural. O aviso foi dado: a sociedade informalizada, perante uma crise que a aflija de igual modo, apropria-se dos instrumentos da modernidade (neste caso o celular) para se constituir como interlocutor social.

Nos processos de integração económica e política em debate em África, este estrato da população coloca específicos problemas. Pela sua condição de marginalizado, pela debilidade formal e o carácter efémero das suas estruturas e pelo pragmatismo das próprias estratégias de sobrevivência, ele não levanta objecções às grandes questões que preenchem as agendas dos negociadores

oficiais. Estes cidadãos dificilmente relacionam os interesses e motivações que os movem com fronteiras nacionais ou com questões de soberania. Marginais à sociedade institucional, eles não sentem que esse facto vá mudar significativamente o seu quotidiano.

O espaço de pertença que defendem é bem mais restrito. É um espaço concreto que estão habituados a defender com energia e até pela violência.

As manifestações de xenofobia têm ocorrido na África do Sul em momentos de grave tensão político-social, nos momentos colectivos de reivindicação. Mas quando os manifestantes não conseguem ver no horizonte a solução dos problemas que os motivam, voltam a sua agressividade para alvos que, localizados no universo do seu quotidiano, se apresentam como mais imediatos e vulneráveis: os imigrantes estrangeiros que, aos seus olhos, ameaçam o espaço do mercado informal, o do pequeno comércio, o das oportunidades de emprego, o da preferência das mulheres.

As instâncias oficiais tendem a explicar os acontecimentos pelo recurso aos paradigmas que dominam e isso as impede muitas vezes de colherem a sua essência. É indicativo que, sobre a interpretação dos dois exemplos citados, tenha pairado o espectro das teorias conspiratórias...

Os estudos realizados sobre o problema dos linchamentos mostram o distanciamento real e moral das instituições do Estado e as modalidades que assumem as frustrações sociais e os mecanismos de auto-defesa que lhes dão resposta imediata.

O problema da criminalidade é preocupante e se agrava quando se pensa em integração supra-nacional. Quando os grupos criminosos se organizam e estabilizam, está-se no limiar do chamado crime organizado, susceptível de se inserir nas amplas redes do tráfico de drogas, de pessoas, de armas ou mesmo de mercadorias. Especial atenção devem merecer as medidas de contenção do fenómeno, porque as facilidades criadas pela integração podem permitir uma maior operacionalidade das redes internacionalizadas. E essas não defendem espaços físicos mas sim operacionais e, portanto, transfronteiriços.

O desfasamento existente entre os modelos culturais que chegam às nossas sociedades com o processo de integração global e os países reais em que vivemos encerra perigos, aos quais nem sempre me parece que se dedique a necessária atenção.

Nos chamados “entre-lugares” ocorre um processo cultural de apropriação e inclusão de fragmentos da modernidade no património de vivências dos cidadãos, um diálogo permanente e vivo entre a história de cada um e a realidade globalizante com que interagem.

Diferente é o processo de incorporação da modernidade por parte das elites. A aprendizagem passa pelos vários níveis de formação escolar, profundamente vinculados ao modelo global e, agora, às exigências do Mercado, em contacto privilegiado com o mundo externo e com os permanente influxos que dele chegam.

As desigualdades materiais arriscam-se a ser potenciadas por trajectórias culturais que, no curto e médio prazos, aparecem como assimétricas.

Os processos de integração supra-nacional podem, por economia de esforço e não só, reforçar a tendência à exotização da cultura não funcional e não prioritária em termos das exigências do Mercado. As discussões não podem resumir-se às tecnicidades económico-financeiras ou às modalidades institucionais que as tornam operacionais. A integração não é unificação, como aprendemos da experiência da nossa história. Integrar é semear novas oportunidades de interacção, criando afinidades e conexões de tipo novo, formas compreensão e tolerância perante a diversidade. Quem as tem que realizar não são as instituições, mas estas devem operar como facilitadoras.

Estou consciente de que as trocas de bens e produtos culturais são importantes no quadro da integração. É o que se pode realizar no curto prazo, no quadro de um relacionamento em que os interesses económicos são o motor determinante. Mas optei por esta abordagem, porque as questões que aqui decidi levantar estão, em geral, ausentes das preocupações de quem conduz os processos integrativos. O meu objectivo é o de manter viva a ideia de que, por detrás dos acordos que determinam a circulação de bens, de serviços e de produtos

culturais, estão pessoas que, num mundo e num país em vertiginosa transformação, se debatem com angústias e dificuldades reais e a cujo desenvolvimento harmónico é imperativo dar a importância que merecem.

A integração cultural, na sua aceção plena, tem que se realizar num quadro de um exercício democrático sempre mais abrangente e não há democracia sem cidadania madura, nem cidadania madura se o indivíduo não se situa, antes de mais, na comunidade de pertença e não se encontra consigo próprio.

José Luís Cabaço

Maputo, Maio 2009